

REFLEXÕES SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A concepção tecnocrática que orientou a política educacional, científica e tecnológica do país nos últimos anos tentou focalizar basicamente o desenvolvimento econômico e industrial, afastando-se das necessidades sociais, que devem constituir os objetivos primordiais de desenvolvimento das nações. A desatenção das autoridades governamentais com relação às Universidades acentuou a desativação e a inibição na vida acadêmica brasileira, provocando o crescimento das adversidades e o empobrecimento progressivo das condições de trabalho. A persistência do entusiasmo na comunidade universitária permitiu a manutenção do trabalho universitário dentro dos laboratórios desaparelhados, com bibliotecas desatualizadas, com infra-estrutura desarticulada, com dotação orçamentária incompatível, com salários aviltados, com autoritarismo e arbítrio ditatoriais.

As Universidades Públicas Brasileiras devem passar por um processo de democratização e descentralização, para torná-las mais eficientes como centros de impulsão intelectual do país. Assim, cada Departamento deve elaborar e controlar os recursos orçamentários, gozando de autonomia para as decisões dos problemas pertinentes de ensino, de pesquisa e de extensão. Os problemas serão resolvidos onde surgem e os recursos utilizados onde efetivamente são necessários. Os inúmeros desafios do ensino superior exigem participação ativa e efetiva da comunidade universitária brasileira, cabendo ao corpo docente manter-se em mobilização permanente em defesa das responsabilidades profissionais e para garantir a continuidade das atividades de pesquisa e de formação de recursos humanos. A formação de profissionais qualificados que o Brasil precisa requer do corpo docente: 1) Competência, mantida inquestionável pela atualização permanente dos conhecimentos; 2) Responsabilidade e dedicação profissionais; 3) Contribuição eficiente para a formação de recursos humanos qualificados; 4) Participação ativa na vida acadêmica da instituição e da nação; 5) Conservar estímulo permanente para o bom relacionamento profissional; 6) Desenvolver capacidade criadora e inovadora; 7) Lutar contra os problemas que afetam a vitalidade da instituição e da sociedade; 8) Conservar entusiasmo, postura crítica, ética e convicção democrática; 9) Manter permanente perseverança no caminho intelectual da construção do presente e do futuro da nação. Obviamente, o desempenho da comunidade universitária depende também do estímulo da administração superior da Universidade e dos órgãos governamentais, principalmente os Ministérios da Educação (MEC) e de Ciência e Tecnologia (MCT).

Os orçamentos dos Institutos Universitários serão elaborados com base nos recursos pleiteados pelos Departamentos, incorporando-se os adicionais referentes ao atendimento das necessidades comuns destas subunidades (Departamentos) e das específicas da própria Unidade (ICE). As necessidades orçamentárias dos Institutos serão utilizadas pela administração superior para elaborar o orçamento global da Universidade.

As administrações superiores das Universidades Públicas Brasileiras devem representar os interesses consensuais dos Departamentos, dos Institutos e das comunidades Universitárias junto ao MEC e ao MCT, lutando pela: 1) Autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira (fiscalizada pelo Estado e pela Sociedade através de prestação de contas e apresentação de relatórios) das Instituições de Ensino Superior; 2) Democratização interna das Universidades ; 3) Expansão da rede pública de ensino (Ampliação do ensino público e gratuito); 4) Financiamento das atividades de pesquisa pela dotações orçamentárias próprias, tendo os recursos de outras fontes (CNPq, FINEP) finalidade complementar; 5) Competência e padrão de qualidade das Universidades; 6) Dinamização e ajuste da administração e da infra-estrutura para atender a estrutura global da Universidade; 7) Criação de condições democráticas para reformulação da estrutura e de cursos oferecidos pela Universidade; 8) Compatibilização da vida acadêmica planejada pelos Departamentos e Institutos; 9) Mecanismos democráticos para impulsionar o dinamismo e a atualização da vida acadêmica; 10) Aplicação dos 15% do orçamento da União, 25% dos Estados e dos Municípios no ensino público; etc. Em poucas palavras, os reitores representam as Universidades junto ao MEC e devem deixar de serem representante do MEC nas Instituições de Ensino Superior.

O MEC e o MCT devem desempenhar ação conjunta (comissão interministerial representativa) para oferecer condições financeiras, políticas e sociais para o funcionamento pleno das atividades de ensino , pesquisa e extensão nas Universidades Públicas Brasileiras, respaldados pelo Congresso Nacional como órgão da Soberania Nacional e como legítimo representante da manifestação da Sociedade Brasileira.

Profº. RAIMUNDO BRAZ FILHO
Diretor do I.C.E.